

RELATÓRIO DO XV CONAD

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1987

INTRODUÇÃO

O XV CONAD foi originalmente definido pelo Congresso de Goiânia (25 a 31/1/87) para a cidade de São Luis.

No CONAD Extraordinário em Brasília, tendo em vista a alteração da Plataforma Educacional da ANDESS, foi decidido a realização de um Congresso Extraordinário para ratificar ou não a mudança realizada.

Sendo necessário, porém, a realização do CONAD Ordinário do Semestre, conforme determina o Estatuto da ANDES, o CONAD Extraordinário aprovou a realização do XV CONAD em data anterior à do Congresso Extraordinário. Levando em consideração:

1. a decisão do CNG das federais de realizar no final de maio (30 e 31), reunião do setor para avaliar a greve e estabelecer novas formas de ação;
2. a posição do encontro das particulares (Rio de Janeiro 2 e 3/5) reafirmando a necessidade de realização do Congresso além da solicitação de que fosse realizado no eixo Rio/São Paulo, onde se concentrava o maior número de ADs do Setor das Particulares;
3. as lutas das ADs da Estaduais contra a extinção do gatilho, pelo pagamento de salários, em defesa da autonomia universitária, a diretoria da ANDES convocou o XV CONAD para o dia 28/5/87 e o Congresso Extraordinário para os dias 29, 30, 31/5.

A relação dos participantes é a seguinte:

ADCESP, APROPUC-SP, ADUFS, APES-JF, APUSM, APROFURG, ADUFF, ADUR-RJ, APUFSC, ASPUV, ADUFPB-CG, ADUFSCar, ADUFG, ADUFES, ADUFRJ, ADUA, APROPUC-C, ADUFERPE, ADUFRGS, ADUFC, ADUFPB-JP, ADUFAC, ADUFOP, ADUnB, APUB, ADCEFET-RJ, ADUFU, ADUFPI, ADUEM, APUFPR, ADUFEMS, ADUNIRIO, ADURN, ADUFPel, APROFOC, APUBH, ADCEFET-PR, ADUNIMEP, ADUFAL, ADUSU.

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Data: 28/5/087

Local Sala Vera Janacopulos da UNI-RIO

Mesa: Newton Lima Neto (Presidente da ANDES)

Márcio Antônio de Oliveira (Secretário Geral da ANDES)

Cibeli Reynaud (Presidente da ADUNI-RIO)

Tendo os trabalhos sido abertos pela prof^a Cibeli, presidente da ADUNI-RIO, que deu boas vindas aos delegados de ADs e observadores presentes, a direção dos trabalhos foi passada para o Presidente da Entidade que iniciou os procedimentos de Instalação do XV CONAD. Newton iniciou explicando os motivos que determinaram a escolha das datas e da cidade do Rio de Janeiro para realização do XV CONAD e do Congresso Extraordinário. Em seguida a Plenária de Instalação do XV CONAD aprovou:

A – Pauta do XV CONAD

- Questões Setoriais (Federais, Estaduais e Particulares)

B – Cronograma

28/5 – quinta-feira – 11h – Plenária de Abertura e Instalação do XV CONAD

14h – Reuniões Setoriais

C – Encaminhamento da pauta e Cronograma

Considerando que:

O XV CONAD será realizado em um dia e será seguido pelo Congresso Extraordinário no qual constarão também da pauta as questões setoriais, o XV CONAD delibera:

- a) suprimir a plenária de encerramento do XV CONAD, para possibilitar maior aproveitamento de tempo de discussão do tema nos grupos setoriais;
- b) os relatórios dos grupos setoriais serão preparatórios, constituindo-se em documentos para deliberação no Congresso Extraordinário.

D – Local de reunião do setor das particulares:

- a) Considerando a greve em curso das IES particulares do Rio pelo pagamento de salários atrasados, contra atitude das mantenedoras de repasse do reajuste de salários às mensalidades, pelo cumprimento de decisão do TRT que deu ganho de causa aos professores;
- b) Considerando o ato de ocupação da reitoria pela comunidade da Universidade Santa Úrsula que será realizado pela manhã, o XV CONAD delibera que a reunião do setor das Particulares será realizado na sala da ADUSU, na Universidade Santa Úrsula.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1987

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

XV CONAD – Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 1987
I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO – de 29 a 31 de maio de 1987

QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

XV CONAD

Considerando que o CONAD Extraordinário de Brasília deliberou a convocação deste Congresso Extraordinário e, atendendo à necessidade de evitar sacrifício para as ADs deliberou que o XV CONAD, marcado no Congresso de Goiânia para a cidade de São Luiz, seria convocado em data imediatamente anterior no mesmo local do Congresso Extraordinário, ficando assim o XVI CONAD para a cidade de São Luiz.

Considerando a mobilização das particulares e a solicitação do Setor, em reunião de 2 e 3/5, no sentido de que o Congresso Extraordinário e o XV CONAD fossem realizados no eixo Rio/São Paulo, atendendo à maior concentração de ADs do Setor levarem á realização destes eventos no Rio de Janeiro.

O Congresso Extraordinário delibera que o XVI CONAD seja realizado na cidade de São Luiz, no Maranhão, de 4 a 7 de setembro, ficando a organização a cargo da APRUMA e da ANDES.

VII CONGRESSO DA ANDES

Conforme decisão do VI Congresso, o VII Congresso da ANDES será realizado no cidade de Juiz de Fora-MG.

Considerando que o Estatuto da ANDES determina a realização do Congresso Ordinário da entidade em janeiro ou fevereiro, o Congresso Extraordinário delibera que o VII Congresso, que seja realizado de 24 a 30 de janeiro/1988, na cidade de Juiz de Fora, ficando a organização a cargo da APES-JF e da ANDES, conforme decisão do VI Congresso

OF. CIRC. 01/87 – Com. Org.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1987

Da Comissão Organizadora do XV CONAD/CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES
Às Associações de Docentes e Diretores da ANDES

Prezados Senhores,

Como já é de conhecimento das ADs, estará sendo realizado entre os dias 28 e 31 de maio de 1987 na cidade do Rio de Janeiro, o XV/CONAD/Congresso Extraordinário da ANDES. A organização do evento está a cargo das ADs da Regional Rio e a Secretaria está localizada na sede da ADUNI-RIO.

As plenárias de abertura do CONAD (28/5 às 11 horas) e Congresso (29/5 às 11h) serão realizadas na sala Vera Janacopulos da UNI-RIO, Av. Pasteur 296 – praia Vermelha. O credenciamento para o CONAD terá início às 8h do dia 28/5, conforme cronograma e será feito no hall da sala Vera Janacopulos.

Aproveitamos para fazer a correção no cronograma enviado: as atividades dos dias 30 e 31 de maio (sábado e domingo) serão iniciadas às 9h e não às 13h, como indicado. O período de 13 às 15h é destinado ao almoço.

Endereço para correspondência e telefone para contato:

ADUNI-RIO

Secretaria do XV CONAD/CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES

Rua Voluntários da Pátria, 107

CEP 22270 – Botafogo – RJ

Telefone: (021) 286-4047, R. 129

Secretária – Ana Cristina

Horário: De 9h às 13h e de 14 às 18h

Sem mais, nossas saudações

Cibeli Reynaud
P/Comissão Organizadora

CR/ac

desde 1840
abreutur

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ANDES

PREÇOS ESPECIAIS PARA PARTICIPANTES (EM CRUZADOS, POR PESSOA)
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO – DE 28 A 31 DE MAIO DE 1987.

01) HOTÉIS

NOME	ENDEREÇO	PREÇOS		
		INDIV.	DUPLA	TRIPLO
HOTEL IMPERIAL **	R. DO CATETE 186 (Centro)	644,00	383,00	363,00
HTL CASTRO ALVES **	AV. N.S. COPACABANA 552 (Copacabana)	1.215,00	675,00	562,00
HTL BANDEIRANTES OTHON **	R. BARATA RIBEIRO, 548 (Copacabana)	1.215,00	675,00	562,00
HTL AMBASSADOR ***	R. SENADOR DANTAS, 25 (Centro)	1.260,00	700,00	560,00
HTL RIO COPA ***	AV. PRINCESA ISABEL 370 (Leme)	1.337,00	743,00	628,00
HTL ACAPULCO ***	R. GUSTAVO SAMPAIO, 854	1.500,00	832,00	694,00

Obs: Os preços acima apresentados são preços por pessoa, por diária. Para que a reserva se torne efetiva, bastará que o participante entre em contato com um dos escritórios Abreutur e efetue o pagamento total das diárias desejadas.

02) PASSAGEM AÉREA

Obs: Os preços abaixo apresentados incluem passagem aérea de ida e volta + taxa de embarque das cidades abaixo para o Rio de Janeiro e volta.

- PORTO ALEGRE CZ\$ 5.128,00	- ARACAJU..... CZ\$ 6.231,00
- CURITIBA..... CZ\$ 3.262,00	- MACEIÓ..... CZ\$ 6.899,00
- FLORIANÓPOLIS..... CZ\$ 4.224,00	- RECIFE..... CZ\$ 7.610,00
- SÃO PAULO..... CZ\$ 2.040,00	- JOÃO PESSOA. CZ\$ 8.051,00
- BELO HORIZONTE..... CZ\$ 1.982,00	- NATAL..... CZ\$ 8.630,00
- VITÓRIA..... CZ\$ 2.234,00	- FORTALEZA... CZ\$ 9.814,00
- SALVADOR..... CZ\$ 5.180,00	- SÃO LUIZ..... CZ\$ 9.578,00
- GOIANIA..... CZ\$ 4.662,00	- BELÉM..... CZ\$ 10.056,00
- BRASÍLIA..... CZ\$ 4.090,00	- MANAUS..... CZ\$ 11.668,00

Nota: Solicitamos entrar em contato com um dos escritórios Abreutur para obter informações quanto a frequência e horários dos vôos disponíveis.

desde 1840
abreutur

ABREUTUR S.A.

R. México, 21 - Lapa
Tel.: (021) 217-1840
20091 - RIO DE JANEIRO-RJ

R. Visconde Pirajá, 547 - L. "A"
Tel.: (021) 1511-1840
22410 - RIO DE JANEIRO-RJ
Av. Brig. Faria Lima, 1501
Tel.: (011) 210-1888
01451 - SÃO PAULO-SP

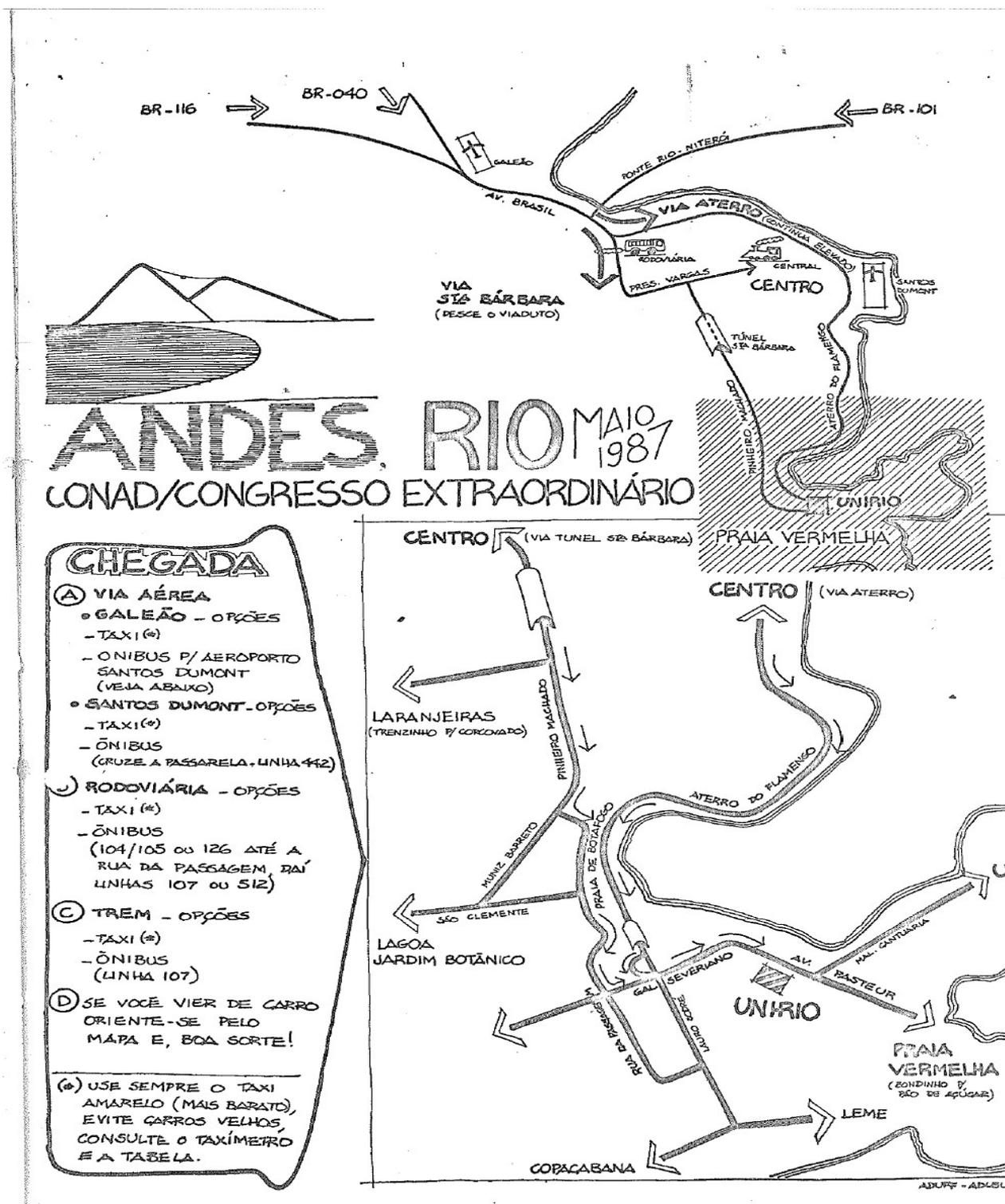
R. Conceição, 289
Tel.: (019) 232-6188
13015 - CAMPINAS-SP

R. dos Andaraes, 1137 - a/505
Tel.: (051) 2125-1062
90027 - PORTO ALEGRE-RS
Rua da Aurora, 295 - s/101
Tel.: (081) 222-4599/222-4292
50050 - RECIFE-PE

R. XV de Novembro, 382 - s/803
Tel.: (041) 222-8532
80020 - CURITIBA-PR

R. Visconde Rosário, 3 - s/909-910
Tel.: (071) 242-0731/242-9375
40015 - SALVADOR-BA
R. Goitacazes, 71 - s/1204
Tel.: (031) 226-3335/226-1448
30197 - BELO HORIZONTE-MG

abreutur EMBRATUR RIO-00002-00-41-9 - S.P. 00002-02-41-6 - RECIFE - 080058102 4 - SALVADOR - 080058103 2



REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS

RELATÓRIO

ADs presentes com delegados: MS, UFRGS, Viçosa, UnB, CEFET-RJ, Uberlândia, PI, PB, JP, AC, BA, SE, AM, CEFET-PR, Rural PE, ES, AL, GO, PB-CG, PR, Rural-RJ, Rio Grande, Pelotas, Juiz de Fora, Santa Maria, CE, RN, SC, UFRJ, UFF, UFMG, Mossoró, Ouro Preto, São Carlos

Pauta aprovada:

1. Continuidade da luta
 - 1.1. Verbas
 - 1.2. Aposentadoria Integral
 - 1.3. PCS e Tabela
2. Balanço da Greve
3. Reestruturação da Universidade Federal
4. Mobilizações: UFPI, UFOP, UFSE, UFRRJ

Obs.: A reunião do setor discutiu e deliberou sobre o ponto 1 da pauta, apenas, ficando os demais para a reunião do setor no Congresso Extraordinário.

1 – CONTINUIDADE DA LUTA

1.1. Verbas

1.1.1 Informes

- a) documento do Secretário Geral do MEC (Vd. Telex nº 1 – Diretoria da ANDES)
- b) CPI sobre o destino das verbas da Emenda Calmon. Foram colhidas as assinaturas de deputados federais necessárias à proposta de instalação da CPI.

1.1.2. Deliberações **TEM ANOTAÇÃO NO RELATÓRIO – ONDE ENTRA?**

a) O setor federal propõe ao Congresso Extraordinário que as ADs colaborem imediatamente:

- Dossiê sobre a situação de verbas nas IES, incluindo levantamento das reais necessidades de verbas de cada IES para garantir seu pleno funcionamento.
- proposta de percentual de OCC/OG para cada IES, levando em conta manutenção, recuperação e novos investimentos.
- acompanhamento pelas ADs, mês a mês, da evolução da relação OCC/OC, a ser encaminhado à Diretoria da ANDES, que elaborará relatório para o VII Congresso (jan/88).
- ampla difusão do Caderno nº 3 da ANDES.

Aprovado por unanimidade

c) O setor Federal remete ao Congresso Extraordinário as seguintes propostas apresentadas à reunião do setor, sobre as quais estes não deliberou:

1. Propostas mutuamente divergentes:

- 1-a) que o movimento docente pressione a administração de cada IES para que ela realize o levantamento sobre as reais necessidades de verbas, com a garantia do acompanhamento pelo movimento.
- 1-b) o levantamento deve ser feito pelas próprias ADs.
2. Quanto aos objetivos do levantamento: os dados levantados devem ser encaminhados à Diretoria da ANDES para que esta possa calcular o percentual mínimo por IES a ser encaminhado ao MEC como reivindicação do MD.
3. O levantamento deve ser realizado a partir dos Departamentos, Unidades, Centros de Custos.
4. Que se faça um levantamento da dotação inicial deste ano e do montante de suplementação já realizado, em termos percentuais, para se verificar:
 - se a meta de 12,4% está sendo cumprida;
 - se o governo não insiste em implementar, na prática, sua política de “centros de excelência (GERES).
5. Que seja garantida à comunidade universitária a sua participação no processo de elaboração orçamentária de cada IES, bem como do controle relativo à aplicação das verbas de OCC; com base na montagem de um sistema adequado de informações que permitam a continuidade do acompanhamento.
6. Que o MD encaminhe à administração de cada IES, as propostas aqui aprovadas a respeito do controle de verbas, buscando o seu compromisso político com essas propostas.
7. Quanto ao prazo para a preparação do dossiê, duas propostas divergentes:
 - 7-a) até o final de junho/87
 - 7-b) até o VII Congresso (jan/88)

1.2. Contratações

1.2.1. Informes

O presidente Sarney assinou em 6/5/87 o Decreto nº 94.313, publicado no DOU em 7/5/87. Esse decreto autoriza contratações de pessoal especializado pelos órgãos da administração federal direta e autarquias federais. 9Vd. Íntegra em anexo).

1.2.2. Deliberações

O setor propõe ao Congresso Extraordinário:

- a) Que a diretoria da ANDES verifique as implicações do Decreto nº 94.313 para as IES federais.
- b) Que as ADs façam levantamento das reais necessidade de contratações, por IES.
- c) Discussão na próxima reunião nacional do setor federal. (aprovado por unanimidade)

1.3. Aposentadoria integral

1.3.1. Informes

Na Subcomissão de Educação da Constituinte foi aprovada, por 15 votos contra 2, a seguinte emenda ao relatório do relator:

“Aposentadoria aos 25 anos de exercício em funções do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação”.

1.3.2. Deliberação

O setor propõe ao Congresso Extraordinário:

- Que as ADs mandem telegramas aos parlamentares dos seus estados, informando sobre a decisão da subcomissão e pedindo apoio a essa decisão. (aprovado por unanimidade)

1.4. PCS e Tabela de 1º e 2º Graus

1.4.1 Informes

- a) Documento do Secretário Geral do MEC (vd. Telex nº 1 diretoria do ANDES).
- b) 1º e 2º Graus (Vd, telex nº 1 citado).
- c) Informações do Secretário da SESu.

No dia 22/5/sex, o Secretário Bayer prestou as seguintes informações ao Presidente da ANDES:

- Foram liberados pelo Ministério da Fazenda os recursos para o pagamento da diferença salarial em relação a abril.
- A comissão interministerial, reunida em 19/5, decidiu que os livre-docentes e os catedráticos por concurso têm direito ao incentivo para doutores, referido na E.M. 69.
- As funções gratificadas, os cargos comissionados e a gratificação de NS serão tratados na reunião da comissão interministerial em 28/5.

No dia 26/5, o secretário Bayer informou ao 1º secretário da ANDES, Ibañez, que até aquele momento, haviam sido liberados os recursos para pagamento dos salários dos docentes de 33 IES.

1.4.2. Deliberações

O setor propõe ao Congresso Extraordinário:

- a) Que não sejam introduzidas modificações de fundo na estrutura do PCS protocolado no MEC, limitando-se as alterações a complementações (sobre incentivo à especialização, situação dos livre-docentes e proposta para 1º e 2º graus) e correções de forma. (Aprovado por maioria, com 4 votos contrários).

- b) Considerando a complexidade da questão, que o Congresso não delibere sobre a proposta de incentivo à especialização, remetendo-a a discussão nas ADs. (aprovado por 11 votos contra 7, com 3 abstenções).
- c) Que seja referendada a proposta aprovada pelo CNG e encaminhada ao MEC: carreira única para os docentes dos três graus das IES federais. (aprovado com 21 votos a favor e 4 abstenções).
- d) Aprovar inclusão de incentivos de Mestrado e Doutorado

1.5. 1º e 2º graus

- 2 Balanço da greve
- 3 Reestruturação da Universidade
- 4 Mobilização

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

DA: ANDES
PARA: AD'S L DIRETORES

A- REUNIAO CRUB-FASUBRA-ANDES-COMISSAO PCS
DA 21/05/87 - BRASILIA

PRESENTES: PELO CRUB: RODOLFO (PRES.), TCDOROV (UNE), NATAL
(ASS. JURIDICO), WALDONIRO (ASS. UB.) PLACIDO (ASS.
CRUB) .
FASUBRA: OSORIO, LILIAN E ROBERTO.
ANDES: POMPEU (DIRETORIA), MARISA (1° E 2° GRAUS - UB.)

RELATO - SINTESE (POMPEU E MARISA)

1) FOI REDISCUSSO E APROVADO O DOCUMENTO "PROPOSTA DA COMISSAO CRUB/ANDES/FASUBRA PARA A ELABORACAO DO DECRETO REGULAMENTANDO A LEI NR. 7.590, DE 10 DE ABRIL DE 1987, O QUAL DEVERIA FIXAR EXCLUSIVAMENTE AS DIRETRIZES BASICAS PARA A CONFECCAO DO PLANO UNICO DE CLASSIFICACAO E DISTRIBUICAO DE CARGOS E EMPREGOS" (SERIA ENVIADO VIA SEDEX).

2) QUESTAO DE 1° E 2° GRAUS:

O PRESIDENTE DO CRUB APRESENTOU A POSICAO DESTA COMISSAO SOBRE A PROPOSTA DA CARRIEIRA UNICA ENCAMINHADA PELA ANDES: "EM REUNIAO REALIZADA NO DIA 21/05/87, COM DUAS ABSTERCOES, O CRUB EH DE POSICAO QUE DEVE MANTER AS DUAS CARRIEIRAS: MAGISTERIO SUPERIOR E DE 1° E 2° GRAUS, DISTINTAS".

QUESTIONADO SOBRE AS RAZOES DE TAL POSICAO, O CRUB FICOU DE ENCAMINHAR AA ANDES, ATE A PROXIMA SEMANA, UM RELATO OFICIAL DE SUA POSICAO, ESCLARECENDO AS RAZOES QUE LEVARAM O CONSELHO A TOMAR TAL DECISAO.

DEVIDO AA DISCORDANCIA DO CRUB, EM RELACAO AA NOSSA PROPOSTA, A PARTE REFERENTE AOS DOCENTES DE 1° E 2° GRAUS FOI ENCAMINHADA AO SECRETARIO GERAL DO MEC, COMO "ANEXO 3" DO DOCUMENTO (ITEM 1 DESTA SINTESE), ASSINADO PELA ANDES E FASUBRA.

ENCAMINHAMENTO:

1) FICOU ACERTADO QUE A COMISSAO CRUB/ANDES/FASUBRA LEVARA A PROPOSTA AO SECRETARIO GERAL DO MEC HOJE 21/05/87, ONDE FARA A EXPOSICAO, REAFIRMANDO CONJUNTAMENTE A NECESSIDADE E IMPORTANCIA DA SUA PARTICIPACAO EFETIVA EM TODO O PROCESSO DE FORMULACAO DO PCS.

2) FICOU ACERTADO QUE O CRUB/ANDES/FASUBRA VOLTARAO A SE REUNIR NA 1° SEMANA DE JUNHO, QUANDO O CRUB IRA APRESENTAR SUA POSICAO SOBRE OS PCS'S DA ANDES E DA FASUBRA E SERA AVALIADA A CONVENIENCIA DE ENCAMINHARMOS UMA PROPOSTA CONJUNTA PARA O PLANO UNICO, TIRADA DA JUSTA POSICAO DOS PLANOS DA ANDES E FASUBRA.

ESTA PROPOSTA DEVERA SER AVALIADA PELO MOVIMENTO DOCENTE, DURANTE A REUNIAO DAS FEDERAES NO RJ.

AVALIACAO E ENCAMINHAMENTO FINAL

CONSIDERANDO QUE OS REITORES NAO APOIAM A PROPOSTA DE CARRIEIRA UNICA E QUE AS RAZOES DE TAL POSICIONAMENTO AINDA NAO ESTAO CLARAS,

CONSIDERANDO AINDA, QUE ESTA LUTA TORNA-SE CADA DIA MAIS DIFICIL, SUGERIMOS:

1- QUE AS ADS COLABOREM COM OS REITORES DE SUAS UNIVERSIDADES AS RAZOES QUE LEVARAM O CRUB A MANTER TAL POSICIONAMENTO EM RELACAO AA CARRIEIRA UNICA.

2- QUE AS AD'S LEVEM POSICOES E PROPOSTAS SOBRE A QUESTAO DE 1° E 2° GRAUS PARA A REUNIAO QUE O SETOR DEVERA FAZER NO CONGRESSO EXTRAORDINARIO AO RIO DE JANEIRO.

L- REUNIAO COM SECRETARIO GERAL: 21/05/87 - 17:00 H.

ASSUNTO: ENTREGA DO DOCUMENTO CRUB-FASUBRA-ANDES.

INFORMAMOS AO SEC. GERAL, DURANTE A ENTREGA DO DOCUMENTO, QUE O MESMO FOI PRODUZIDO AO LONGO DE DIVERSAS REUNIOES E QUE CONTEMPLA POSICOES CONSEGUIDAS DAS TRES ENTIDADES, EXCETO NO QUE SE REFERE AA QUESTAO DE 1° E 2° GRAUS.

PERGUNTADO SOBRE ENCAMINHAMENTO A FAZER, O SEC. GERAL INFORMOU O SEGUINTE:

1) ENCAMINHARAA ESSE DOCUMENTO AAS SUBCOMISSOES, COMO CONTRIBUICAO.

2- SOLICITOU QUE AS SUBCOMISSOES ENTREGUEM SEUS TRABALHOS AA COMISSAO INTERMINISTERIAL, UMA SEMANA ANTES DO PRAZO FINAL.

3- GARANTIR QUE ANTES DO ENCAMINHAMENTO FINAL DO DOCUMENTO AA PRESIDENCIA DA REPUBLICA, CHAMARAA AS ENTIDADES PARA DISCUTIREM SEU CONTEUDO.

INFORMOU AINDA, QUE ATE A PRIMEIRA SEMANA DE JUNHO ESPERA JA TER DEFINIDA A COMISSAO DE VERBAS COM A PARTICIPACAO DA ANDES, FASUBRA, UNE E CRUB.

BRASILIA, 21 DE MAIO DE 1987

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

OF. Nº 027/87 – SG

Juiz de Fora, 18 de maio de 1987

DA: Secretaria Geral
PARA: ADs e Diretores
ASSUNTO: Retificação (faz)

Companheiros

Pedimos substituir a proposta de Cronograma, que seguiu com o nosso OF. Nº 024/87 de Convocação do XV CONAD e do Congresso Extraordinário, pela proposta de cronograma anexo.

Saudações

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário Geral – ANDES

CRONOGRAMA

XV CONAD	CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO		
28/5 Quinta-Feira	29/5 Sexta-Feira	30/5 Sábado	31/5 Domingo
11h Plenária de Abertura e Implantação (aprovação da pauta e cronograma)	11h Plenária de Abertura e Instalação (pauta, cronograma, questões de credenciamento)	9h às 13h Grupos Mistos Tema 2	9 às 13h Plenária Tema 1
14h às 19h Reuniões Setoriais	15h Reuniões Setoriais	15h Grupos Mistos Temas 3 e 4	15h às 24h Plenária Temas 2, 3 e 4 Plenária de Encerramento (Moções)
21h Plenária de Deliberação Encerramento			
TEMA: Questões Setoriais Obs: o credencia- mento será feito de 8 às 11h do dia 28/5	TEMAS: 1 – Questões Setoriais 2 – Constituinte 3 – Verbas e política de transição da ANDES 4 – Questões organizativas e financeiras. OBS.: O credenciamento para o Congresso será feito no dia 28/5, de 14h às 21h		

OF. Nº 024/87 – SG

Juiz de Fora, 12 de maio de 1987

DA: Secretaria Geral
PARA:ADs e Diretores

CONVOCAÇÃO DO XV CONAD E DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO
RIO DE JANEIRO, 28 a 31/5/087

Companheiros:

Considerando a decisão do CONAD Extraordinário (Brasília, 20 a 24/3/87), de convocação de um Congresso Extraordinário da ANDES (precedido do CONAD Ordinário, deste semestre, conforme prevê os estatutos) para referendar, ou não, a posição adotada pelo CONAD Extraordinário quanto à alteração da plataforma educacional para a constituinte, aprovada no VI Congresso (Goiânia, jan/87), referente à questão de destinação de verbas públicas;

Considerando a decisão do CNG das IES Federais/ANDES, que deliberou a realização de uma reunião setorial para avaliar a greve e definir formas futuras de ação, em particular quanto à elaboração do PCS dos docentes, para dias 30 e 31 de maio.

Considerando a posição adotada pelo Encontro das ADs das IES particulares, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 2 e 3/5, no sentido de reforçar a necessidade de realização do Congresso para aprofundamento da discussão da política de transição da ANDES para o ensino superior bem como, de realizar-se, um balanço das diversas greves ocorridas em todo o país;

Lembrando, ainda, que no caso das IES Estaduais, além das discussões importantes relativas aos acontecimentos da Bahia e do Paraná, a ameaça de extinção do gatilho para o funcionalismo estadual e as campanhas salariais deverão ser objeto de debate e encaminhamentos.

A Diretoria da ANDES vem pelo presente convocar o XV CONAD ordinário e o Congresso Extraordinário da ANDES para o Rio de Janeiro (em local a ser oportunamente comunicado).

XV CONAD: 28/5

A diretoria propõe a seguinte pauta:

- Questões Setoriais (particulares, estaduais, federais).

Cronograma: em anexo

Participação no XV CONAD:

Para o credenciamento dos delegados, lembramos às ADs que:

- a) de acordo com o art. 29 do Estatuto, “o CONAD é composto por um delegado de cada AD filiada à ANDES, indicado na forma deliberada pela AD, através de sua instância máxima;
- b) poderão participar do CONAD representantes de Comissões pró-ADs, através de sua instância máxima”;
- c) para participar do CONAD, a AD deverá estar quite com a tesouraria da ANDES, tendo como referência a mensalidade do mês de abril/87, pagamento até 15/5;
- d) é imprescindível para o credenciamento a apresentação da ata de eleição do delegado.

Rateio das Despesas do XV CONAD

Quanto ao rateio das despesas, esclarecemos que as ADs que estiverem a uma distância superior a 700 Km do local do CONAD poderão utilizar avião; e que as ADs com até 101 associados têm opção de não participar do rateio.

Congresso Extraordinário: 29 a 31/5

A diretoria propõe a seguinte pauta:

1. Questões setoriais (particulares, estaduais e federais);
2. Constituinte:
 - a questão das verbas públicas e a constituinte;
 - continuidade das formas de ação.
3. Verbas para o ensino superior e a política de transição da ANDES;
4. Questões organizativas e financeiras da ANDES

Cronograma: em anexo

Participação no Congresso Extraordinário:

1. A participação dos docentes de ensino superior, na condição de delegados ao Congresso, se fará exclusivamente através das Associações de Docentes filiadas à ANDES ou das comissões Pró-ADs reconhecidas pelas vice-presidências regionais da ANDES.
2. O Congresso estará aberto à participação de docentes na condição de observadores, desde que inscritos na Secretaria do Congresso Extraordinário e mediante o pagamento da taxa de inscrição.
3. Poderão participar ainda, na condição de convidados, representantes de outras entidades, a critério da comissão organizadora do Congresso Extraordinário.
4. O número de delegados a que cada AD tem direito obedece ao critério de proporcionalidade anexo, estabelecido em relação ao número de associados

contribuintes, indicados pela Associação na sua contribuição financeira à ANDES, referente ao mês 4/87.

ASSOCIADOS CONTRIBUINTES	DELEGADOS
Até 100	01
De 101 a 200	02
De 201 a 300	03
De 301 a 400	04
De 401 a 500	05
De 501 a 750	06
De 751 a 1000	07
De 1001 a 1500	08
De 1501 a 2000	09
De 2001 a 2500	10
De 2501 a 3000	11
De 3001 a 3500	12

5. Além desses, cada AD tem direito a mais um delegado indicado entre os membros de sua diretoria.
6. Para as IES onde houver comissão Pró-AD, reconhecida pela ANDES através da Vice-Presidência da região a qual pertence a IES, caberá a indicação de um delegado escolhido em reunião da Comissão Pró, assistida pela ANDES com a presença mínima de 10 professores da IES.
7. O(s) delegado(s) por AD, à exceção daquele indicado por sua diretoria, deverá ser eleito em assembléia convocada para tal fim ou através de eleições diretas. A decisão sobre as alternativas de indicação de delegados – pela assembléia ou em eleições diretas – caberá em última instância à própria assembléia.
8. As ADs encaminharão à Comissão Organizadora do Congresso:
 - a) Ofício indicando o nome de todos os delegados (inclusive o da diretoria) e eventuais suplentes.
 - b) Ata de eleição de assembléia ou eleição direta.
9. Serão credenciados pela comissão organizadora do Congresso os delegados indicados pelas ADs observadas as seguintes condições:
 - a) A AD deve estar em dia com sua contribuição mensal junto à tesouraria da ANDES. (Na data do Congresso Extraordinário deverá estar quitado o pagamento referente ao mês de abril, cujo vencimento se dá em 15.5.87).
 - b) É imprescindível a apresentação das atas de eleição dos delegados.

O regimento do Congresso Extraordinário será baseado naquele aprovado para o VI CN, devendo ser analisado na plenária de instalação.

Funcionamento

O Congresso será estruturado nas seguintes sessões:

- SOLENIDADE DE ABERTURA
- PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO
 - Aprovação da pauta (temário e cronograma) e regimento;
 - Questões de credenciamento;
- REUNIÕES SETORIAIS: grupos formados por delegados do mesmo setor – Particulares/Estaduais/Federais (Autarquias e Fundações).
- REUNIÕES INTERSETORIAIS: grupos formados por delegados de mais de um setor;
- REUNIÕES DOS GRUPOS MISTOS: grupos formados por delegados de todos os setores;
- PLENÁRIAS DE DELIBERAÇÃO: deliberação sobre os itens da pauta
- PLENÁRIA FINAL
 - moções
 - encerramento

Finanças

A arrecadação das finanças deverá ser realizada dentro do mesmo princípio dos Congressos anteriores através do rateio das despesas (incluindo transporte) entre todos os delegados das ADs participantes.

Observações

- a) As ADs situadas fora do raio de 1000 Km da sede do Congresso Extraordinário (Rio de Janeiro) terão direito a transporte aéreo e as demais a transporte rodoviário.
- b) As ADs com até 101 associados poderão ou não participar do rateio, ficando esta decisão a seu critério.
- c) SOLICITA-SE A TODAS AS ADs O ESFORÇO DE EFETUAR O TRANSPORTE POR TERRA, O QUE CONTRIBUIRÁ PARA A REDUÇÃO DO CUSTO TOTAL.

Ainda nesta semana estará sendo encaminhado às ADs, ofício da Comissão organizadora do Congresso Extraordinário, detalhando a respeito da parte organizativa do Congresso Extraordinário (local, hospedagem, etc...).

Saudações Universitárias

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário Geral ANDES

XV CONAD

GOIÂNIA – 18 a 21 de janeiro de 1982

DOCUMENTO FINAL

Tomando como base os documentos emanados das Reuniões Regionais, dos Trabalhos de Grupo, e os Eixos de Campanhas para 1982:

1. CAMPANHA EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO:

- 1.1. abaixo-assinado nacional reivindicando 12% das verbas federais e 25% das estaduais e municipais, no mínimo, para a educação. As entidades de classe farão um levantamento de quanto o Estado ou o Município destinam em seus orçamentos de 1982 e a aplicação desta verba para efeito de denúncia;
- 1.2. articulação da CPB com as demais entidades de educadores e educandos, e também de outros tipos (sindicais, científicas, comunitárias, etc) para desenvolvimento do avanço da luta em defesa do ensino público junto à opinião pública, as autoridades governamentais e ao Congresso Nacional;
- 1.3. entrosamento da CPB com a CNBB para uma atuação conjunta, por ocasião da Campanha da Fraternidade, cujo tema é “Educação e Fraternidade”;
- 1.4. formação de comitês em defesa do ensino público e gratuito para todos., em âmbito nacional, congregando entidades representativas (ANDES, UNE, SBPC, CONAM, etc...) e populares. Estes comitês deverão também buscar a participação de pais de alunos.
- 1.5. mobilização e organização dos representantes por escola para serem agentes junto às entidades, nas escolas e na comunidade;
- 1.6. realização de uma semana de luta em defesa da Escola Pública, a ter lugar de 9 a 15 de outubro, concentrando o Dia Nacional de Lutas no dia 15 – Dia do professor;
- 1.7. encontros com a comunidade, em defesa do ensino público e contra o subsídio às Escolas Particulares (em âmbito regional). Esses encontros serão supervisionados pelas respectivas regionais da CPB, cabendo às entidades de professores locais viabilizá-los;
- 1.8. pressões nas Assembléias Estaduais, Congresso Nacional e Câmaras Municipais quando da votação dos respectivos orçamentos, a fim de exigirem os 25% para a Educação;

- 1.9. encontros estaduais, durante o ano de 1982, em defesa da escola pública, articulados pelas Vice-Diretorias Regionais da CPB, com a participação de movimentos populares de entidades de trabalhadores e estudantis;
 - 1.10. mobilização nacional coordenada pela CPB com envio de caravanas ao Congresso Nacional, no dia da votação do orçamento federal, a fim de exigir 12% para a educação;
 - 1.11. organização dos professores pelas entidades afiliadas à CPB para comparecerem em massa às Assembléias Legislativas e às Câmaras Municipais no dia da votação dos orçamentos estaduais e municipais, a fim de exigirem 25% para a educação;
 - 1.12. redação e distribuição ampla à população, na Semana Nacional de Luta (outubro), de uma carta aberta da CPB, em defesa do ensino público e gratuito.
2. MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO PARA O PROFESSOR – VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL:
- 2.1. luta pelos reajustes semestrais e 13º salário e índices de reajustes superiores ao INPC do período;
 - 2.2. Dia Nacional de Luta, com paralisação no dia da votação do projeto de reajuste semestral; realização de atos públicos no dia da paralisação, bem como reuniões, nesta ocasião, com pais de alunos;
 - 2.3. caravanas a Brasília quando da votação do Projeto de Lei;
 - 2.4. coordenação de campanha a cargo da CPB, através de suas entidades afiliadas, convidando e articulando-se também com as entidades não afiliadas;
 - 2.5. realização, na primeira semana de abril, de uma reunião de avaliação das respostas dos executivos, para tomada de decisões frente aos resultados, tarefa de competência da Coordenação Nacional da Campanha;
 - 2.6. unificação do funcionalismo em torno do reajuste semestral e 13º salário, numa campanha coordenada pela Comissão Pró-Articulação Nacional do Funcionalismo Público, criada na CONCLAT;
 - 2.7. redação de uma carta dirigida aos parlamentares, assinada por todas as entidades da CPB e endossada pelas entidades populares;
 - 2.8. carta aberta à população, assinada pela CPB a ser lida em todas as escolas do país;
 - 2.9. elaboração de uma lista de Deputados que votem contra ou que não compareçam à votação do projeto de reajuste semestral e denunciar amplamente.
3. CAMPANHA PELA GARANTIA DAS CONQUISTAS DO MAGISTÉRIO:
- 3.1. implantação de Estatutos do Magistério, nos Estados e Municípios, exigência de Quadros de Carreira com pagamento pela maior qualificação, independente

de área de atuação. (Decreto Federal nº 71.244), garantindo os direitos de progressões;

- 3.2. criação de uma coordenação de estatutos em cada vice-regional para exames e avaliação dos Estatutos do Magistério, dos Servidores Públicos e Leis complementares, em busca de um estatuto unificado;
- 3.3. contagem recíproca de tempo de serviço;
- 3.4. aposentadoria aos 25 anos;
 - necessidade de apoio direto da CPB às lutas estaduais;
 - exigência de que se defina o que é “função de magistério” e se esse se aplica aos especialistas em educação;
 - esclarecimento junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) se, por ser Emenda à Constituição, a Lei de Aposentadoria aos 25 anos é auto-aplicável ou ainda necessita de uma inclusão nas leis da Previdência e nas Constituições Estaduais;
- 3.5. luta pelo cumprimento de acordos e compromissos firmados pelos governos federal e estaduais, com as entidades representativas da categoria.

4. CAMPANHA DE UNIFICAÇÃO SALARIAL:

- 4.1. piso salarial de 3 maiores salários mínimos, como bandeira de luta;
- 4.2. luta em defesa do Salário Unificado para o professor, de acordo com a região e a carga horária, com adicional ao salário do professor que trabalha na zona rural;
- 4.3. redefinição do eixo da Campanha Salarial com índice superior ao INPC em 15%, sem prejuízo do piso salarial de 3 maiores salários mínimos;
- 4.4. unificação do sistema previdenciário para o magistério em todo o território nacional;
- 4.5. luta pela equiparação salarial dos professores inativos com os ativos.

5. CAPACITAÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL DO PROFESSOR:

- 5.1. exigência de habilitação e melhor qualificação para os professores;
- 5.2. incentivo à pesquisa constante para uma melhor postura pedagógica, Por meio de concursos nacionais;
- 5.3. exigência de liberdade de cátedra;
- 5.4. melhoria dos cursos de preparação de profissionais da educação;
- 5.5. denúncia de remoções arbitrárias e ameaças de punição, posicionamento aos Secretários de Educação documento exigindo o fim desses arbítrios;

- 5.6. luta pela estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, apoio ao projeto de lei, atualmente na Câmara, que estabelece a estabilidade anual para os professores do ensino particular;
- 5.7. paridade salarial aos professores em relação às outras categorias profissionais, em função do tempo de serviço e níveis de formação;
- 5.8. implantação dos Estatutos do Magistério, com formação de equipes paritárias, para a elaboração de normas, contendo salários de acordo com a maior habilitação, direito a horários de atividades extra-classe, incentivo para a formação dos atuais professores leigos, e, ainda, deliberações por estado;
- 5.9. campanha de mobilização do magistério pela regularização da situação funcional de 300.000 professores que trabalham sem as garantias dos benefícios assegurados pelos regimes estatutários e pela CLT e entrada em massa desses professores na justiça do trabalho para exigir o recebimento do Tempo de Serviço para efeito de aposentadoria.
- 5.10. exigir o cumprimento da Constituição na nomeação do professor através de concurso de títulos e provas;
- 5.11. efetivação dos professores contratados ou admitidos a título precário, após 5 (cinco) anos de serviço;
- 5.12. providências da CPB junto ao Conselho Federal de Educação, alertando-o para os perigos e prejuízos para o ensino decorrentes dos exames de suficiências que estão sendo realizados no Piauí para a expedição de registro a docentes sem a qualificação prevista na legislação;
- 5.13. implantação da licenciatura curta somente depois da verificação da falta de professores qualificados com a licenciatura plena, após abertura de Concurso de Ingresso;
- 5.14. pagamento da gratificação por regência de classe e/ou outros benefícios aos professores afastados por Laudo Médico;

6. ENTIDADES

- 6.1. fortalecimento, democratização e dinamização da CPB e entidades afiliadas, através da participação efetiva de seus associados e de uma ampla campanha de filiação de entidades à CPB;
- 6.2. maior presença da CPB nos Estados, incentivo à solidariedade entre todos os professores da União/
- 6.3. unificação das Associações de Professores dentro do mesmo Estado (CPB);
- 6.4. apoio às entidades estudantis (CPB-CPERS);
- 6.5. ampla campanha nacional para reabertura do Centro de Professores no Rui de Janeiro – CEP/RJ (CPB);

- 6.6. discussão de formas de encaminhamento e ampliação dos debates havidos no Congresso, para as escolas e entidades regionais por parte dos delegados, quando de sua volta, ou no decorrer do ano letivo de 1982;
- 6.7. realização de campanha, sob a coordenação da CPB, de filiação dos professores municipais às entidades de classe existentes nos seus respectivos estados;
- 6.8. organização em todas as entidades de professores de Comissões de Orçamento e Salário e Comissões de Educação para oportunizar intercâmbio de informações entre os estados;
- 6.9. integração da CPB com a ANDES nas lutas do magistério;
- 6.10. participação da CPB no Congresso de Fundação da CUT em agosto de 1982 e que o XV Congresso Nacional assuma as resoluções da 1ª CONCLAT e leve-as à discussão nas bases;
- 6.11. articulação com as demais entidades de categorias a fim de combater as pressões impostas por qualquer partido dominante,
- 6.12. lutar contra a intervenção política e econômica nas entidades, como ocorre em relação à AMPEP, APEOESP, CEP, CPG, FEPROSUL e APEP;
- 6.13. elaboração de um dossiê-denúncia sobre a situação atual do ensino, encaminhada através de outras entidades e entregue ao Congresso Nacional, ao Ministro da Justiça, à OAB, à CMOPE, à CNBB, à ABI, à SBPC, aos Partidos Políticos e ao MEC;
- 6.14. formação de núcleos de estudo pela CPB e outras entidades para a prática e aplicação da metodologia de Paulo Freire;
- 6.15. posicionamento da CPB exigindo o cumprimento do calendário eleitoral, com eleições diretas em todos os níveis, contra os casuísmos eleitorais e o “pacote da previdência”;
- 6.16. representação das entidades de professores nas equipes de elaboração e aplicação dos concursos para o magistério;
- 6.17. integração da CPB com outros setores, populares na luta por melhores condições de vida para a maioria da população brasileira e pela construção de uma sociedade nova e democrática;
- 6.18. participação nas associações de bairros e apoio às organizações populares;
- 6.19. luta da CPB pela liberdade de expressão e organização para todos os setores da sociedade;
- 6.20. participação dos professores em partidos políticos observado rigorosamente os dispositivos estatutários quanto à atividade político-partidária na Entidade;
- 6.21. acompanhamento e exigência na CPB entidades estaduais, através dos vice regionais para o cumprimento das campanhas e bandeiras de luta aprovadas nesse Congresso;

- 6.22. organização e realização de Congressos Regionais e Estaduais preparatórios ao XVI Congresso da CPB, em 1983;
 - 6.23. garantia, pela CPB, de uma infra-estrutura administrativa às Vice-Presidências Regionais para que possam agir com eficiência no seu trabalho de coordenação regional. Esta infra-estrutura seja garantida com a ajuda da entidade filiada, onde a Vice-Presidência estiver sediada.
7. MELHORIA DO ENSINO – DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E ESTRUTURA DA ESCOLA:
- 7.1. maior conscientização e politização do professor;
 - 7.2. disposição de 5.692 escolas e a nível nacional com a participação dos professores, encaminhada através da entidade de classe;
 - 7.3. luta contra livros didáticos com o conteúdo alienante e pela adequação dos mesmos à realidade de cada região;
 - 7.4. preocupação pela filosofia e estrutura do curso nas Escolas Normais;
 - 7.5. total reformulação do currículo, com vistas a uma visão crítica da realidade;
 - 7.6. planejamento descentralizado:
 - currículo elaborado com a participação dos professores e da comunidade escolar;
 - currículo adaptado à realidade das regiões;
 - currículo que leve o professor a ter consciência profissional;
 - currículo em caráter mais prático;
 - currículo adaptado à realidade das regiões (rural e urbana);
 - currículo que responda aos interesses do povo;
 - 7.7. reforma não só da Escola Normal mas de toda a estrutura educacional;
 - 7.8. formação de uma comissão da CPB de estudar os currículos das Escolas Normais (sugestões);
 - 7.9. adequação do ensino à realidade com desenvolvimento do senso crítico;
 - 7.10. liberdade de expressão e organização dos professores;
 - 7.11. incentivo à livre organização e expressão dos alunos;
 - 7.12. eleições livres e diretas de Diretores pelos votos dos professores e comunidade escolar (pais e alunos), ressalvados os direitos adquiridos dos diretores concursados;
 - 7.13. atendimento especial ao professor da pré-escola e valorização do professor de 1º Grau;
 - 7.14. expansão da rede escolar de acordo com as necessidades de população com limite de alunos por sala de aula;

- 7.15. campanha desenvolvida pela CPB pela extinção das taxas escolares – encaminhada com o apoio de outras entidades; realização de Seminários Municipais, Estaduais, Regionais e Nacionais, discutindo o que é Ensino Público e Gratuito;
- 7.16. participação de representantes das entidades de professores nos CFE, CEEs E CMEs;
- 7.17. participação dos professores em todos os processos decisórios: escolha do Secretário de Educação, escolha do Delegado de Educação;
- 7.18. dinamização das APMs como forma de integração escola-comunidade;
- 7.19. eleições democráticas para as APMs;
- 7.20. conselhos de classe: espaço para debate sobre ensino;
- 7.21. sala de professores: espaço para debate sobre a educação;
- 7.22. educação libertadora, voltada para os interesses da maioria da população: campanha nacional: “o que você quer saber?”;
- 7.23. participação do professor na elaboração do currículo escolar;
- 7.24. ampliação do movimento de base através da formação de comissões por escola, vinculadas às entidades;
- 7.25. não desvinculação da luta salarial dos problemas educacionais;
- 7.26. conhecimento e utilização do Estatuto do Magistério;
- 7.27. pressão sobre o Governo para o cumprimento das leis existentes;
- 7.28. recursos que estão sendo destinados às bolsas de estudo sejam aplicados na expansão de vagas na rede pública;

8. SOCIEDADE BRASILEIRA:

- 8.1. participação do professorado na redefinição da política educacional brasileira e apoio dos mesmos às organizações populares.
- 8.2. direito de greve (inclusive dos funcionários públicos), revogação da lei anti-greve, de livre organização, de liberdade de expressão, liberdade sindical para todos os trabalhadores e direitos a livre sindicalização dos funcionários públicos;
- 8.3. eleições livres e diretas em âmbito nacional, contra os casuísmos eleitorais;
- 8.4. exigência de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana;
- 8.5. pré-condições para que a Assembléia Nacional Constituinte tenha caráter livre e soberano: fim do regime limitar e desmantelamento dos órgãos de repressão;
- 8.6. fim do autoritarismo, dos atos de exceção e da Lei de Segurança Nacional;
- 8.7. amplas liberdades para expressão, organização e eleição da Constituinte;

XV CONAD – Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 1987

I CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO – de 29 a 31 de maio de 1987

- 8.8. ampla participação da sociedade;
- 8.9. para que a Assembléia Nacional Constituinte tenha caráter democrático e soberano, foram apresentados os seguintes pré-requisitos;
 - convocação por Governo democrático popular provisório;
 - discussão com a organização dos setores populares e dos trabalhadores;
 - participação consciente do povo;
 - deve refletir a organização dos movimentos populares;
 - representação dos trabalhadores através dos sindicatos para que se reflita sua presença na convocação de uma Assembléia Constituinte.

9. EXPECTATIVAS:

No plano econômico foram apresentadas as seguintes expectativas acerca de uma Constituinte:

- 9.1. solução da crise econômica, através da mudança do modelo econômico;
- 9.2. redistribuição da renda;
- 9.3. fim do arrocho salarial;
- 9.4. congelamento dos preços e controle da inflação;
- 9.5. reforma tributária;
- 9.6. fim do Imposto de Renda sobre o salário;
- 9.7. não pagamento da dívida externa;

No plano político se esperava que uma Assembléia Nacional Constituinte se assegure:

- 9.8. amplas liberdades de expressão e organização;
- 9.9. alternativas de poder;
- 9.10. no plano social luta-se para que a Assembléia Nacional Constituinte permita a construção de uma sociedade mais justa.

10. OUTRAS PROPOSTAS:

- 10.1. junho: realização de mesa-redonda com todos os candidatos a Governador de cada Estado da Região Sudeste. Tal iniciativa deverá ser encaminhada em conjunto com a UEE e outras entidades de educadores;
- 10.2. outubro: Seminários Educacionais;

- 10.3. plano estadual de conscientização (com vistas à eleição de 82):
 - a) promover a conscientização política do magistério de modo que os professores possam fazer livremente suas opções partidárias;
 - b) preparar professores para exercer dinâmica de Grupo e comunidade;
 - c) integrar as lutas estaduais e nacionais dentro do plano estadual de conscientização, de forma a coincidir o ápice do movimento com as eleições de 1982;
- 10.4. participação da professora no Dia Internacional da Mulher – 8 de março;
- 10.5. destaque ao ensino municipal;
- 10.6. formação de quadros pela CPB que facilitem a política cultural-sindical. Destaque do Seminário previsto para os dias 14 e 15 de maio, em São Paulo;
- 10.7. que no próximo Congresso haja um espaço para a discussão do tema “a importância do papel da mulher na educação”.

OF. Nº 047/87 – SG

Juiz de Fora, 01 de julho de 1987

DA: Secretaria Geral

PARA: ADs e Diretores

ASSUNTO: Relatórios do Congresso Extraordinário e XV CONAD

Companheiros:

Anexamos os relatórios do XV CONAD (28.5.87) e do Congresso Extraordinário da ANDES-SN (29 a 31.5.87) realizados no Rio de Janeiro.

As cópias das moções aprovadas no Congresso Extraordinário e citadas no relatório serão enviadas a seguir.

Saudações

Márcio Antônio de Oliveira

Secretário Geral – ANDES